

## Legislativo Proposta foi readaptada depois do estouro no teto de gastos

# Congresso aprova Orçamento com déficit de R\$ 231,5 bilhões

Vandson Lima e Renan Truffi  
De Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem o Orçamento da União para 2023. A peça orçamentária projeta um déficit primário de R\$ 231,5 bilhões. O aumento em relação à proposta encaminhada pelo Poder Executivo, de R\$ 63,7 bilhões, se dá pela ampliação do teto de gastos de R\$ 145 bilhões e pelo espaço fiscal adicional de R\$ 23 bilhões gerado pela exclusão desse teto de despesas com investimentos, que foram previstas com a aprovação ontem da PEC da Transição— formulada para que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, consiga cumprir com promessas assumidas na campanha.

A emenda constitucional determinou, contudo, que essas despesas não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta.

Entre os compromissos de Lula que agora ficam previstos no Orçamento, está o pagamento de pelo menos R\$ 600 mensais a 21,5 milhões de beneficiários do programa Bolsa Família. Também está previsto no Orçamento um adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos.

O salário mínimo terá aumento real de 3%, ficando em R\$ 1.320 em 2023. O atual presidente Jair Bolsonaro havia proposto um valor de R\$ 1.302.

A ampliação do teto também permitiu a recomposição e aumento dos recursos para as áreas mais importantes da administração pública. O Ministério da Edu-

cação terá um orçamento de R\$ 130,6 bilhões, ante R\$ 119,8 bilhões previstos anteriormente.

Na Saúde, o valor mínimo a ser aplicado era de R\$ 149,9 bilhões. A PLOA 2023 atendia esse piso da saúde se computadas as parcelas das reservas de contingência destinadas ao atendimento de emendas de bancada estadual e de relator-geral. O novo relatório, por sua vez, prevê a aplicação de R\$ 173,1 bilhões nessa área.

Relator do Orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) disse que fez as adequações necessárias para o funcionamento do governo, mas que ainda assim, há áreas que necessitariam de mais recursos. "O orçamento anterior era inexecutável. Este é o orçamento possível", alegou.

O projeto de lei foi elaborado com a observância do teto de gastos da União aplicável ao exercício financeiro de 2023, estabelecido em R\$ 1,8 trilhão, ao se considerar a projeção do IPCA de 2022 de 7,2%.

"Contudo, um dos efeitos da EC 126/2022 foi a elevação do teto de gastos da União em R\$ 145 bilhões, o que faz com que alcance R\$ 1,95 trilhão", apontou o relator.

Em decorrência de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucionais as emendas de relator, os R\$ 19,4 bilhões antes previstos para esse dispositivo foram redistribuídos: R\$ 9,5 bilhões para emendas individuais, na proporção dos valores aprovados até a apresentação do relatório-geral, e pouco mais de R\$



Marcelo Castro: "o orçamento anterior era inexecutável. Esse é o possível"

9,8 bilhões alocadas em RP2, identificador de recursos que fará parte da programação normal do governo federal.

Na distribuição desse último recurso, castro admitiu que procurou atender ações e projetos antes contemplados pelas emendas de relator. "Nós mantivemos mais ou menos a lógica do que era o RP9", disse.

A construção de moradias populares, que estava praticamente sem recursos na proposta orça-

mentária de Bolsonaro, receberá um aporte de R\$ 9,5 bilhões, destinado à recriação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, a ser tocado pelo Ministério das Cidades — pasta que deve ficar com o MDB de Castro.

O relator previu ainda que R\$ 3,2 bilhões serão utilizados para garantir que os servidores públicos federais recebam um reajuste salarial de 9%, assim como já seria concedido aos servidores do Poder Judiciário.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6